



Apesar de ter sido desdenhada quando ofereceu imunizantes à Saúde, no ano passado, farmacêutica americana fecha acordo para a produção de mais de 100 milhões de doses no país. Primeiras unidades devem sair em 2022. Intenção é distribuir para a América Latina

# Pfizer fabricará vacina no Brasil

» MARIA EDUARDA CARDIM

Um ano depois de enfrentar problemas com o Ministério da Saúde para tentar fechar contratos de fornecimento de vacinas contra a covid-19, a Pfizer e a BioNTech anunciaram, ontem, um acordo com a farmacêutica brasileira Eurofarma para produzir o imunizante contra o novo coronavírus no Brasil. A capacidade de produção nacional, que deve começar no próximo ano, é de mais de 100 milhões de doses, e a ideia é distribuir para toda a América Latina. A Comirnaty (nome comercial da vacina) é a única com base na tecnologia do RNA mensageiro oferecida no país.

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, atribuiu o fechamento do acordo da Pfizer com a Eurofarma à credibilidade que o Brasil desfruta junto à farmacêutica americana. Porém trata-se de uma visão otimista, que desconsidera a demora do país em responder os oferecimentos de vacina, no ano passado, que poderiam ter antecipado a imunização dos brasileiros contra o novo coronavírus. A CPI da Covid mostrou, em junho, mais de uma centena de tentativas para negociar o fármaco com o governo brasileiro foram ignoradas.

Atualmente, o país utiliza as vacinas da Pfizer no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação Contra a Covid-19, mas as doses vêm prontas do exterior. Em junho, o imunizante foi incluído oficialmente no Sistema Único de Saúde (SUS). Segundo a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (Conitec), o impacto econômico obtido com o uso do imunizante, juntamente com a vacina da AstraZeneca, proporcionará uma economia de até R\$ 150 bilhões aos cofres públicos

Fred Tanneau/AFP - 31/5/21



Vacina da Pfizer, que será replicada pela Eurofarma, é a única em disponibilidade contra a covid-19 no Brasil com tecnologia do RNA mensageiro

nos próximos cinco anos.

“Até esta semana, entregamos mais de 50 milhões de vacinas Pfizer ao Programa Nacional de Imunizações (PNI). E, até o final de setembro, mais 50 milhões. E, hoje, mais um passo importante: esperamos que, por meio dessa iniciativa, possamos ampliar o nosso trabalho no combate à pandemia”, disse a presidente da Pfizer Brasil, Marta Díez.

## Ambiente liberal

Em um novo momento da relação entre o país e a empresa, o ministro da Saúde ressaltou os pontos que atraíram a companhia ao

Brasil. “Por que a Pfizer quis vir para o Brasil? Porque a Pfizer é inteligente e sabe que, neste país, tem um governo liberal, um governo que respeita a legislação, um governo que quer participar nas áreas fundamentais como saúde e educação, mas quer deixar a iniciativa privada trabalhar”, disse Queiroga, no evento que celebrou o acordo entre as farmacêuticas.

De acordo com o ministro, a vinda da Pfizer ao Brasil trará um novo cenário para o sistema de saúde e ampliará a capacidade de geração de emprego e renda. Ele



ainda ressaltou que a aprovação da reforma tributária suscitará mais o investimento privado. O ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, também estava presente no anúncio e agradeceu a Pfizer pela confiança no Brasil.

“Existem diversos outros países no mundo na expectativa de sediar essa fábrica, que, em um primeiro momento, pode fabricar (vacinas) para a imunização nacional. Mas não tenho dúvida de que em pouco tempo serão distribuídas vacinas para toda a América Latina”, observou.

O Brasil já comprou 200 milhões de doses da vacina da Pfizer, que serão entregues até o final do ano. Para o próximo ano, ainda não há nenhum acordo feito entre o Ministério da Saúde e a farmacêutica americana.

Mas uma nova leva de vacinas pode ser comprada diante da necessidade de aplicação de uma “dose extra” para aumentar a resposta imune de indivíduos com o esquema vacinal completo. O ministério anunciou, nesta semana, a disponibilização de dose de reforço nos idosos com mais de 70 anos e nas pessoas imunossuprimidas. O público-alvo dessa terceira aplicação, no entanto, pode aumentar.

## São Luís já aplica a 3ª dose

» JOÃO VÍTOR TAVAREZ\*  
» LUIZA VICTORINO\*

Apesar de o Ministério da Saúde ter anunciado, na última quarta-feira, que, a partir de 15 de setembro, será oferecida a terceira dose, alguns estados decidiram antecipar a aplicação de reforço. Em São Luís, começou ontem e, em São Paulo, o oferecimento do fármaco para pessoas com mais de 60 anos ocorrerá a partir do próximo dia 6. E, no Rio de Janeiro, a prefeitura estuda oferecer a injeção ainda na primeira quinzena do próximo mês.

A capital maranhense tornou-se a primeira cidade brasileira a aplicar a dose três, estado cuja cobertura vacinal, atualmente, é de 86,97%. “Começamos por aqueles que moram nas instituições de longa permanência e, ainda esta semana, vamos divulgar o calendário para os demais públicos definidos pelo Ministério da Saúde”, explicou o prefeito Eduardo Braide.

A Secretaria de Saúde do Maranhão explicou ao Correio que apenas São Luís antecipou a terceira injeção. “O município de São Luís não recebeu doses extras e orienta a todas as 217 cidades maranhenses a seguirem o Programa Nacional de Imunizações e as orientações do próprio Ministério da Saúde”, observou, em nota.

\*Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi

## INCLUSÃO

# País tem 17,3 milhões de deficientes, diz IBGE

» FERNANDA STRICKLAND

A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgada ontem, traça um retrato dramático da população brasileira que apresenta algum tipo de deficiência. Segundo o levantamento, os cidadãos nessa condição são aproximadamente 17,3 milhões ou 8,4% da população do país. Os resultados coletados emergem no momento em que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, ataca o “inclusivismo educacional” e os atletas paralímpicos brasileiros dão exemplo de eficiência e superação na Paraolimpíada de Tóquio.

Segundo o estudo, 26,67% da população com alguma deficiência não tinha instrução alguma ou apenas o ensino fundamental incompleto. Entre aqueles de 18 anos ou mais com deficiência, apenas 5,0% tinham nível superior completo, percentual que entre aqueles sem deficiência chega a 17%. Também entre os adultos com alguma deficiência, 16,6% tinham ensino médio completo ou

superior incompleto, contra 37,2% daqueles considerados normais.

Além disso, apenas 28,3% desses cidadãos em idade produtiva (14 anos ou mais de idade) estavam na força de trabalho. “Esta menor participação na força de trabalho ocorre em todas as grandes regiões do país, mas é ainda mais acentuada nas regiões Sul e Sudeste”, afirmou a pesquisadora do IBGE Maíra Lenzi, que apresentou os resultados do levantamento.

## Mercado de trabalho

Entre as pessoas com deficiência que estavam fora da força de trabalho nos 30 dias anteriores ao levantamento, 48,9% disseram que não tomaram providência efetiva para conseguir alguma colocação no mercado devido a problemas de saúde; 28,8% por não desejarem trabalhar e 10,5% não conseguiam emprego por serem considerados muito jovens ou idosos.

Enquanto as pessoas com deficiência visual e auditiva apresentaram níveis de ocupação de 32,6% e 25,4%, respectivamente, esse indicador para as pessoas com defi-

Ana Rayssa/Esp. CB/D.A Press - 24/3/15



Dos deficientes, cerca de 3% tinham problemas visuais, segundo a PNS

ciência física foi de 15,3% (membros inferiores) e 16,3% (membros superiores). A situação mais desvantajosa foi a das pessoas com deficiência mental (4,7%).

Da população com deficiência, cerca de 3% tinham problemas visuais; 1% apresentavam lapso auditivo (sendo que apenas a minoria dominava a Linguagem Brasileira de Sinais); e outros 1% tinham deficiência mental. Cerca de 3% apresentavam deficiência física dos membros inferiores e outros 2% dos membros superiores.

“É importante ter conhecimento e condições que permitam que tenham condições de

participar na escola, ser incluída e ter acesso à informação. A educação é um direito da pessoa com deficiência”, explicou Maíra, indo na direção contrária daquilo que propõe o ministro da Educação.

Dos 17,3 milhões de pessoas com deficiência no país, em 2019, quase a metade (49,4%) tinha 60 anos ou mais de idade. Desses, 14,4 milhões encontravam-se em domicílios urbanos e 2,9 milhões viviam na zona rural, segundo o IBGE.

# Dados da imigração

\*BERNARDO LIMA

O Brasil continua sendo um país procurador por estrangeiros dispostos a fixar residência para construir uma nova vida. É o que mostra o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), que disponibilizou, ontem, os dados do Registro Civil sobre imigrantes entre 2011 e 2019.

Os latino-americanos são a maioria daqueles que entraram no país durante a última década. De 2011 a 2019, registrou-se 1.085.673 pessoas vinda de fora e, entre os imigrantes de longo tempo — que fixam residência e se estabelecem por aqui —, a Venezuela lidera (142.250 cidadãos), seguida de Paraguai (97.316), Bolívia (57.765), Haiti (54.182) e Colômbia (32.562). Somados, aqueles que vêm desses países representam 53% do total de registros.

Antônio Tadeu Ribeiro de Oliveira, coordenador de estatísticas do Relatório Anual do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra, elaborado a partir de números fornecidos pela Polícia Federal) e pesquisador do IBGE, salienta que “a partir de 2010, o fluxo de imigração haitiana foi muito forte, devido ao momento de instabilidade que o país vivia.

A segunda metade da década ficou marcada pela corrente venezuelana, que começou de maneira incipiente em 2015 e foi se intensificando ao longo da década”.

Tanto que, no final da última década, houve um grande crescimento de filhos de imigrantes venezuelanos. De 1.713 em 2018, saltou para 3.817 no ano seguinte. A Venezuela, aliás, lidera atualmente a taxa de brasileiros descendentes de pais nascidos no país vizinho, ultrapassando a Bolívia — que teve a segunda maior taxa, de 3.285, em 2019.

O coordenador do OBMigra explicou que o perfil de migração ao Brasil mudou muito desde a virada do século: “Até os anos 1990 e meados de 2000, tínhamos basicamente uma migração de demanda por empregadores e pesquisadores vindos dos países desenvolvidos. Na segunda metade da última década, é uma migração de crise, independentemente do momento econômico. O fator determinante para o venezuelano foi a crise e o Brasil, por ser um país vizinho, mesmo não estando em um momento econômico positivo, passou a receber esses fluxos”, analisou.

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi